CDI DOCUMEN TL 891

COMUNICADO A IMPRENSA

"Há circunstâncias em que a Igreja não pode ficar calada, ainda que da sua intervenção possam resultar dificuldades para ela". Foi esta resposta que Mons. Belo deu a um jornalista que o interrogava sobre o seu pedido de referendo para o território.

O Papa não sentiu como Mons. Belo ou, antes dele, como Mons. da Costa Lopes. Não sentiu, como sentem o clero e os católicos timorenses na sua maioria, que Timor-Leste se encontra actualmente numa dessas circunstâncias em que a Igreja não pode ficar calada. Embora João Paulo II tenha, nas primeiras declarações na Indonésia, referido a necessidade do "respeito pelos direitos inalienáveis das pessoas e pela liberdade dos cidadãos responsáveis para determinarem o seu destino como povo", o Papa não se referiu especificamente ao caso de Timor-Leste, preferindo acautelar interesses da Igreja na Indonésia.

Repetiu-se à saciedade que a visita era "pastoral" e não política. O âmbito pastoral, tal como é definido nos textos oficiais da Igreja, ultrapassa largamente o simples quadro eclesiástico, para abranger os grandes problemas humanos. São razões pastorais que levam Mons. Belo, e a Igreja de Timor-Leste no seu conjunto, a defender os direitos do povo timorense, reconhecidos pela comunidade internacional, nomeadamente na Organização das Nações Unidas.

Quando o Papa se desloca acompanhado pela imprensa internacional, mais do que as suas intenções importa a imagem que transmite; essa imagem poderá ser resumida pelo comentário do jornal "Le Monde": "O Sumo Pontífice não deu um sinal que fosse da sua não aceitação da anexação pela Indonésia". Lamentamos profundamente!

Além de usar a língua tétum no início da homilia, o único gesto público do Papa que terá sido reconfortante para os timorenses foi a referência que fez a Mons. Belo que, nos últimos meses, se identificou aos olhos dos timorenses com a sua corajosa tomada de posição a favor do referendo de autodeterminação. A formidável ovação, com a qual a multidão acolheu essa referência pública, veio desmentir as afirmações do Núncio em Jacarta, representante do Papa na Indonésia, segundo as quais o bispo de Dili "não representa os sentimentos do povo nem da Igreja de Timor-Leste". Esperamos que este gesto do Papa não seja o prenúncio da substituição de Mons. Belo, já pelo próprio referida em entrevista dada à France Press, em 5 de Setembro, quando admitiu a possibilidade de "não permanecer em Timor muito tempo depois da visita do Papa".

Os direitos do povo timorense não perdem legitimidade ao serem esquecidos ou por, desta vez, se terem gorado as expectativas dos que em Timor esperavam que o Papa atendesse o seu desejo de libertação.

A manifestação de um grupo de jovens no final da missa é um sinal de que o povo timorense não deixará de lutar pelo que lhe é devido.

Mais do que nunca se impõe que todos, e particularmente os dirigentes políticos e religiosos, defendam com firmeza os direitos do povo timorense.

GRUPO "A Paz é Possível em TL" - Out/89